

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

The male domination society and male teachers in children's education

Otávio Henrique Ferreira da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Ibirité-Brasil
Cláudia Silva Ribeiro Cruz
Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG
Belo Horizonte-Brasil
Clécia Lino da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Cuiabá-Brasil

Resumo

Este texto objetiva refletir sobre os problemas que a sociedade de dominação masculina causa aos homens que atuam como professores na educação infantil. Recorremos à teoria de Bourdieu (2002), Ramos (2011), Ramos e Xavier (2012) para compreender o ser homem e professor fora dos parâmetros hegemônicos, articulando com dois estudos de caso em que professores homens foram acusados de abuso sexual: Lucas no filme “A caça” e um auxiliar de professor em uma escola privada na região sudeste. Homens ocupam apenas 1,9% dos cargos de docência na educação infantil do Brasil e, os que nesta condição estão, são socialmente considerados como “fora do lugar”. Para mudar este cenário além de um massivo trabalho de conscientização junto à comunidade escolar, é preciso empenho rumo à ordem social de respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: Dominação Masculina; Professores Homens; Educação Infantil.

Abstract

This text aims to reflect on the problems that the male-dominated society causes to men who act as teachers in early childhood education. We used the theory of Bourdieu (2002), Ramos (2011), Ramos and Xavier (2012) to understand being a man and a teacher outside the hegemonic parameters, articulating with two case studies in which male teachers were accused of sexual abuse: Lucas in the movie “The Hunt” and a teacher assistant at a private school in the southeast. Men occupy only 1.9% of teaching positions in early childhood education in Brazil and those who are in this condition are socially considered "out of place". In order to change this scenario, in addition to a massive work of raising awareness among the school community, efforts must be made towards the social order of respect for human rights.

Keywords: Male domination; Male teachers; Early children's education.

Introdução

Discutir as virtudes e desafios da atuação dos professores homens na educação infantil é ação muito necessária frente a ascendência do conservadorismo na cena pública brasileira e as práticas de ensino hegemônicas no Brasil.

A estrutura de uma sociedade como a brasileira, organizada por princípios predeterminados de comportamento de gênero, raça e classe, está relacionada com a sociedade de dominação masculina analisada por Bourdieu (2002). Nesse tipo de estrutura social, por exemplo, os homens dominam a política e, as mulheres, são majoritariamente responsáveis pelos afazeres domésticos, educação e cuidado com as crianças.

No caso de homens que buscam transformar a lógica hegemônica de estruturação da dominação masculina, há o exemplo dos professores homens na educação infantil que, na cena pública brasileira, estão sob constantes ataques.

Um exemplo recente sobre este tipo de perseguição foi o Projeto de Lei 1.174/2019 (SÃO PAULO, 2019) que buscou aprovar como lei a proibição dos professores homens em cuidar das crianças ao restringir “[...] às profissionais mulheres a exclusividade nos cuidados íntimos de crianças na Educação Infantil, como trocar fralda, dar banho e ajudar a ir ao banheiro” (SOUTO, 2019, s/p).

Nessa direção, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre os problemas que a estrutura de dominação masculina causa aos homens que atuam como professores na educação infantil. Para tanto, recorreremos aos estudos teóricos de Bourdieu (2002), Ramos (2011) e Ramos e Xavier (2012) em busca de melhor compreender o fenômeno do que é ser homem e professor fora dos parâmetros hegemônicos. Em seguida, apresentamos e analisamos dois casos no mundo ocidental onde professores homens que atuam na educação infantil foram injustamente acusados de abusar sexualmente de crianças com quem trabalhavam.

O primeiro caso trata-se de um filme de ficção que se passa na Dinamarca lançado em 2012, “A caça”, o qual teve grande repercussão. O segundo caso, mostra que o enredo trazido pelo filme não é apenas uma ficção e sim, uma realidade, tendo em vista que os professores homens são perseguidos e vivem sob vigilância constante quando estão atuando com crianças pequenas. Para ilustrar essa terrível “caça”, na qual reforça a discriminação de gênero, trouxemos o caso ocorrido em uma escola privada de um estado

da região sudeste em 2019, onde um auxiliar de professorⁱ foi acusado por sete famílias de abuso sexual, caso este que se tornou público e foi fortemente propagado pelos meios de comunicação de um estado da região.

A sociedade de dominação masculina

No meio científico há um frequente movimento que tem buscado explicações biológicas e psíquicas para as diferenças entre o que constitui ser homem e mulher, feminino e masculino. Grande parte desses estudos tem se desenvolvido no campo das ciências biológicas e são publicados em jornais e revistas acadêmicas. Algumas das questões debatidas falam sobre essas diferenças estarem associadas ao funcionamento do cérebro ou dos hormônios, fatores que determinariam o funcionamento de cada sexo. Esse tipo de apontamento desconsidera as circunstâncias culturais e sociais, esconde e ignora os intensos processos de socialização que nos tornam humanos (HEILBORN; ARAÚJO; BARRETO, 2010).

Conforme os estudos de Bourdieu (2002, p. 4-5), a partir da tradição científica foi realizado um intenso trabalho para a construção de uma ordem de socialização daquilo que vem do pensamento biológico, bem como para a produção de uma biologização do mundo social, trazendo repercussões para os corpos humanos e para as mentes das pessoas. Buscou-se, então, transformar o que é social em biológico, consolidando, assim, “[...] o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa”. Desse modo, até mesmo quem produz pesquisas científicas poderia estar com o olhar biologizado para as questões sociais dos gêneros.

Essa ordem social enraizou uma topologia sexual dos corpos socializados, dos seus movimentos aos deslocamentos, revestindo-os de significados sociais como, por exemplo, associar movimentos superiores e eretos ao comportamento do gênero masculino, baixos e escondidos ao gênero feminino. Essa organização será também dividida, associada e reproduzida em diferentes dinâmicas da sociedade: “[...] em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora(público)/dentro(privado) etc., que para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo, subir/descer, fora/dentro, sair/entrar)” (BOURDIEU, 2002, p. 11).

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

A cultura da dominação masculina tem como uma de suas características principais ensinar aos homens (masculino), desde a primeira infância, que em todas as circunstâncias eles precisam se impor diante dos demais humanos, buscando afirmar sua virilidade. O termo “virilidade” pode ser compreendido como “[...] uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2002, p. 59).

No mundo ocidental a dominação masculina é o que determina o ordenamento social. Isso acontece de maneira sutil e faz com que esse tipo de dominação seja naturalizado e, com isso, as novas gerações não consigam, inevitavelmente, escapar desse ordenamento hegemônico. Por exemplo, as meninas dificilmente escapam da responsabilidade pelas tarefas domésticas, mesmo que ao longo de suas vidas passem a ter consciência das desigualdades de gênero, pois nascem em um mundo em que as partes da casa são generificadas, como: cozinha, vasilhas, copa, comida, mesa, cama, máquina de lavar roupas, cuidar e educar as crianças. Os meninos já nascem em um mundo que as tarefas externas da casa são, também, generificadas, como por exemplo, dirigir o carro, trabalhar, o fazer político, etc. Essa ordem está presente “[...] em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2002, p. 11).

O processo de conscientização que as crianças e, posteriormente, os adultos vão construindo é que essas diferenciações são acessórios daquilo que o órgão sexual biologicamente já definiu. Para melhor compreender essa ordem social, Bourdieu (2002, p. 45) nos apresenta o conceito de força simbólica. Para ele, a dominação masculina atua de modo silencioso e invisível, não havendo relação de força física, mas sim, uma força fictícia e com alto poder coercitivo sobre os corpos humanos. A potencialidade dessa força simbólica está centrada nas “[...] predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”. A força simbólica está em desenvolvimento nos indivíduos desde sua chegada como seres natalinos no mundo, visto que, nascer para o mundo representa estar sujeito às experiências de socialização.

As consequências da ordem social da dominação masculina provocam uma dualidade de efeitos para mulheres e homens. Inicialmente, as mulheres estão submetidas a um projeto de socialização que as desfavorecem, as diminuem, negam seus direitos políticos,

fazendo e ensinando-as a incorporarem no seu íntimo virtudes negativas e inferiores de seu gênero, sendo, então, resignadas à cultura do silêncio. Em um segundo momento, e inextricavelmente associado à figura da mulher, já que é parte do mesmo projeto de ordem social, é possível perceber que “[...] os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas da representação dominante” (BOURDIEU, 2002, p. 58). Conforme apontado anteriormente, para este estudo nos interessa refletir sobre os problemas que a estrutura de dominação masculina causa aos homens que atuam como professores na educação infantil.

Desafios de ser professor homem na educação infantil

O campo de atuação na educação infantil é considerado no Brasil como “um território tipicamente feminino”, tendo em vista que 98,1% dos profissionais em exercício de docência são mulheresⁱⁱ. Destaca-se, ainda, que estas profissionais recebem os menores salários quando comparado a outros níveis de educação, em que há maior presença de homens exercendo a docência (VIEIRA *et al*, 2013). Quando professores homens buscam entrar para este território, majoritariamente ocupado por mulheres, são inúmeros os tensionamentos gerados para sua inserção e permanência. Esse processo, de natureza histórica e cultural, parte do pressuposto de que os espaços destinados a homens e mulheres são dicotomizados e associados a princípios de contradição. Segundo Ramos e Xavier (2012), a ocupação de espaços considerados tradicionalmente femininos, como no caso da educação infantil, raramente é oportunizada a homens e, quando acontece costuma ser acompanhada por inúmeras dificuldades de permanência.

Culturalmente, os homens representados enquanto figura de força e caça podem gerar estranhamentos e preconceitos quando se inserem no espaço da docência na educação infantil. Em sua dissertação de mestrado sobre professores homens na educação infantil de Belo Horizonte/MG, Ramos (2011) trouxe como parte dos resultados que professores homens neste território são estigmatizados pela comunidade escolar como *gays* ou *perversos sexualmente*. A comunidade escolar tem dificuldades de compreender os motivos que levariam os homens a atuarem nesse espaço que é tipicamente feminino. Nesse sentido, a aceitação destes sujeitos passa por um período comprobatório onde “[...] somente se efetivará quando esses sujeitos conseguirem oferecer provas de que, além da competência e da habilidade inerentes ao desempenho da função, são pessoas idôneas e

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

não representam perigo para as crianças. Ainda assim, é reiterada a ideia de que são homens fora do lugar.” (RAMOS; XAVIER, 2012, p. 103).

As concepções que associam o cuidado como algo natural da mulher, fruto de sua vocação maternal, acabam por intensificar o olhar para a educação infantil enquanto um espaço feminino – sendo esta uma educação de crianças fortemente marcada por relações de cuidado. No entanto, dificilmente esse olhar voltado à natureza feminina considera que o processo de desenvolvimento e aprendizagem humana é socialmente construído, ou que a definição de determinadas funções é fruto de uma divisão sexual do trabalho, à luz de uma estrutura de dominação masculina que está a serviço da virilidade do homem dominador (BOURDIEU, 2002).

Segundo Ramos e Xavier (2012, p. 108), “[...] diferentemente de como concebem a profissão exercida por mulheres, os homens são vistos como totalmente deslocados nas instituições de Educação Infantil”. Neste sentido, “[...] a presença do professor homem em espaços de educação e cuidado de crianças pequenas é vista como algo fora do lugar” (RAMOS E XAVIER, 2012, p. 110) e, conseqüentemente, o professor homem é atravessado pela desconfiança e preconceito, além de ser visto como um ameaçador para as crianças inseridas na educação infantil, considerada predominantemente como um “ambiente feminino”.

Na busca por demonstrar que o pensamento hegemônico de países ocidentais é sustentado por uma estrutura de dominação masculina que transforma o espaço da educação infantil em um lugar de vulnerabilidade aos homens, iremos apresentar no tópico seguinte dois casos emblemáticos. Estes casos são publicamente conhecidos quando a questão a ser discutida perpassa pela perseguição (caça) da comunidade escolar aos professores homens que atuam na educação infantil.

Homens na educação infantil acusados de cometer abuso sexual

Os dois casos que serão apresentados e analisados nos tópicos desta seção possuem características semelhantes em sua composição. Ambos tratam de acusações injustas a professores homens que atuam com crianças da educação infantil em países ocidentais.

O primeiro caso trata-se do filme dinamarquês de grande bilheteria, “A caça”, lançado no ano de 2012. O protagonista é o professor de educação infantil, Lucas, acusado de abusar sexualmente da menina Klara e de outras crianças de sua turma. Através de uma

resenha elaborada pelos autores para fins deste artigo elencamos os principais pontos trazidos no filme.

O segundo caso trata-se de um recente episódio de acusação de abuso sexual contra um auxiliar de professor em uma escola privada de um estado da região sudeste. O caso ganhou forte repercussão na imprensa do estado e, por isso, teve rápida resolução. Seu desfecho acabou por inocentar o auxiliar de professor, visto que as acusações foram consideradas injustas diante da ausência de provas. A metodologia que utilizamos para apresentar do início ao fim o caso envolvendo este auxiliar de professor de uma escola privada de um estado da região sudeste, baseou-se nas notícias eletrônicas publicadas por cinco dos principais jornais do estado de onde ocorreu o casoⁱⁱⁱ. Os dados coletados foram publicados entre os dias 05/10/2019 a 13/11/2019 e foram localizados através do site de busca “Google”.

Após a apresentação dos casos, estes foram analisados e discutidos à luz das questões colocadas por Bourdieu (2002), Ramos (2011) e Ramos e Xavier (2012) quanto às implicações da presença de professores homens na educação infantil, área esta, como dito anteriormente, composta majoritariamente por mulheres.

Entre o real e a ficção: professor homem acusado de abusar de crianças no filme “A caça”

O filme “A caça” (2012) (*Jagten*) de Thomas Vinterberg, de origem sueco-dinamarquês, constituiu-se como um drama e aborda o cotidiano de Lucas (Mads Mikkelsen), um professor homem na educação infantil. Lucas demonstra privilegiar a ludicidade em sala de aula, postura que o torna um professor “atípico”, o que acaba por chamar a atenção de algumas crianças. Sua aluna Klara (Annika Wedderkopp), de cinco anos e filha de seu melhor amigo, se apaixona por ele e tenta dar-lhe um beijo durante o momento de brincadeira da turma. No entanto, o professor Lucas a repreende, dizendo que uma criança não pode dar beijos em adultos, a não ser nos seus próprios pais.

Em um primeiro momento, é perceptível que Klara se sente frustrada por não ter sido correspondida e acusa o professor de ter lhe mostrado suas partes íntimas. A acusação foi feita à diretora da creche - Grethe - logo após Klara ter se sentido rejeitada. Em seu relato, a criança conta detalhes sobre as partes íntimas do professor Lucas. O simbolismo dessas

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

informações vem de cenas sexuais que alguns garotos amigos do seu irmão haviam mostrado a ela.

O relato de Klara a Grethe provocou dúvidas frente à conduta do professor, que foi rapidamente afastado de suas atividades docentes. Logo após o afastamento de Lucas, o policial Ole foi chamado na creche, com a finalidade de conversar com Klara e, assim, comprovar a veracidade das informações. No entanto, o inquérito aplicado continha informações que sugeriam e pressionavam respostas, sem ao menos Klara poder explicar o que tinha realmente acontecido. Algumas perguntas feitas a ela foram: *“Foi aqui na escola que ele mostrou o pipi para você?”*; *“Você lembra se saiu algo branco dele?”*; *“Você o tocou?”*.

Ao se sentir pressionada, desconfortável e retraída, Klara responde que não se lembrava do que tinha acontecido e que só queria sair para brincar. Sem as devidas comprovações ou evidências da acusação, Grethe convoca uma reunião com os pais de Klara e das outras crianças da instituição com a intencionalidade de notificar que havia um professor abusador de crianças e que, possivelmente, outras poderiam ter sido molestadas.

Dessa forma, Lucas passa a ser perseguido por toda a comunidade escolar e por moradores da cidade. Ele é demitido, perde a guarda do filho que havia conseguido recentemente e finda a relação amorosa com a namorada que passou a desconfiar dele.

Em um segundo momento, diante de toda perseguição sofrida e pelo fato de Klara morar perto da casa de Lucas, ela fala para a mãe Kirsten que inicialmente estava mentindo sobre as atitudes do professor: *“eu disse apenas uma mentirinha”*. No entanto, Kirsten a interrompe e diz que ela não poderia se lembrar do acontecido, pois *“excluiu”* essa memória ruim devido ao seu mecanismo de defesa.

A comunidade, sustentada na ideia de que crianças não mentem, acaba por retaliar, agredir e proibir Lucas de fazer compras nos supermercados, punindo-o violentamente. No caminho da investigação e diante das pesadas acusações, o professor Lucas acabou sendo preso. Continuava a chegar aos investigadores denúncias relatando que havia muitas crianças *“confessando”* que ele as levava a um porão escuro em sua casa e praticava os abusos sexuais. A criminalização de Lucas foi disseminada no imaginário social da comunidade em que vivia e poucas pessoas ficaram do seu lado.

Entretanto, após as investigações policiais na casa e nos objetos pessoais de Lucas, não foram encontradas evidências que comprovassem o caso, além da constatação da

inexistência de um porão dentro de sua casa. Por conta disso, o professor foi libertado da prisão.

Mesmo sem comprovações físicas e sendo considerado inocente no cessar das investigações, Lucas continuava sendo “caçado” socialmente, tanto no plano psíquico como no físico. Durante uma tradicional festividade de caça com os amigos de sua comunidade, Lucas foi alvo de um tiro de espingarda disparado em sua direção. Esse foi o final do filme, bem como um claro sinal de que no imaginário público ele estava sob vigilância, pois ainda era visto como uma ameaça.

O caso envolvendo um auxiliar de professor de uma escola de um estado da região sudeste

O caso que será apresentado está relacionado a uma situação de denúncia de abuso sexual que teria ocorrido com crianças de três anos nas instalações de uma tradicional escola particular localizada em um estado da região sudeste. Esse episódio foi destaque nos noticiários de quase todos os principais veículos de comunicação do estado, sejam as redes de TV, rádio ou jornais impressos e eletrônicos. O destaque da notícia permaneceu durante a primeira quinzena do mês de outubro de 2019 até a conclusão do inquérito no dia 17 do mesmo mês. Após concluir as investigações, a Polícia Civil inocentou o auxiliar de professor^{iv}, por falta de provas, salientando que havia sido acusado injustamente de cometer abusos sexuais com crianças.

De acordo com os relatos, o processo de denúncia contra o auxiliar de professor começou no dia 28/09/2019 (sábado), quando uma mulher de 45 anos e mãe de um menino de três anos que estudava na turma de maternal III da educação infantil da escola^v descobriu, supostamente, que o filho havia sido abusado pelo auxiliar de professor. Segundo a própria mãe:

Há duas semanas, ele (o filho) já vinha tendo um comportamento muito estranho, querendo me beijar na boca. Não é o habitual nosso aqui em casa, não vejo novela, nada, e achei esquisito aquele negócio de ele querer me beijar. E era assim: era só eu sentar no sofá e lá vinha ele. Pensei comigo: 'Vou deixar ele encostar, tipo um selinho'. Aí, eu *quis saber quem* estava fazendo isso com ele, pois isso não era normal de uma criança da idade dele, meu filho. Eu o *perguntei quem* fazia isso com ele, se era um coleguinha, a professora, ajudante de professora, e ele não respondia (JORNAL A, matéria 1, grifos nossos).

Ainda segundo a reportagem do JORNAL A:

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

A mãe conta que o filho está aprendendo a escrever o nome dele, que já conhece as letras, e ela perguntou qual a primeira letra da pessoa que estava fazendo aquilo com ele. O garoto, então, perguntou à mãe com que letra começava o nome da pessoa, revelando a ela quem era, e ela descobriu tratar-se do assistente do professor de educação física (JORNAL A, matéria 1, grifos nossos)^{vi}.

Diante do que possivelmente teriam descoberto, a mãe e o pai da criança procuraram os responsáveis da escola no dia 30/09/2019 (segunda-feira) para comunicar o que poderia estar acontecendo. No dia 01/10/2019 (terça-feira) quando o auxiliar de professor chegou ao trabalho, recebeu o comunicado pelos gestores do colégio de que estava sendo demitido por corte de gastos. Porém, não tomou conhecimento da possível acusação de estupro que já estava sob ciência da instituição^{vii}.

Em 02/11/2019 (quarta-feira), a família da criança supostamente abusada registrou um boletim de ocorrência na delegacia da Polícia Civil como abuso sexual. Conforme apurou a reportagem, “A mãe do garoto, de 45 anos, procurou a polícia e disse que o filho foi vítima de um ajudante de professor da escola, de 25^{viii}”, onde a criança estuda, e que a direção da instituição sabe do fato” (JORNAL B, matéria 1).

A partir disso, informações sobre a denúncia de abuso sexual começaram a circular nas redes sociais de pessoas da comunidade escolar, conforme apurou a investigação da Polícia Civil (JORNAL C, matéria 1). No dia 04/10/2019 (sexta-feira) a direção do colégio chamou novamente a família denunciante para tratar do caso e propor alguns encaminhamentos. No sábado seguinte, 05/10/2019, a instituição divulgou uma nota de esclarecimento à comunidade escolar afirmando que:

Nesta sexta-feira, 4 de outubro, a direção da escola ouviu os relatos dos pais sobre a mudança de comportamento do filho e sobre a conduta de um colaborador. Imediatamente, foram colocadas à disposição da família as assessorias jurídica e psicológica, e o profissional envolvido foi afastado de suas funções para auxiliar na transparência das apurações (JORNAL B, matéria 2).

A partir desta nota pública divulgada na comunidade escolar, o caso de denúncia de abuso sexual na escola ganhou notoriedade na imprensa do estado, sendo divulgado primeiro pelo JORNAL A, às 16h:47min do dia 05/10/2019. Assim que a reportagem foi publicizada na página online do periódico, várias pessoas se manifestaram atacando o suposto abusador e ameaçando-o de morte. Houve, ainda, críticas à exposição do nome da escola na reportagem, considerando que em outros casos o jornal foi cauteloso quanto à preservação da identidade das instituições que estavam sob investigação da polícia.

No domingo 06/10/2019, uma segunda mãe registrou um boletim de ocorrência após confirmar com o filho que ele também poderia estar sendo abusado sexualmente. Na reportagem divulgada pelo JORNAL B (matéria 3), a segunda mãe “[...] disse à polícia que o garoto teve contato físico com o suspeito com ‘brincadeiras diferentes’. A mulher perguntou ao filho se, durante as aulas, o ajudante teve algum tipo de contato físico mais íntimo, se ele já teria pegado no pênis ou nas nádegas da criança e ela disse que ‘sim’^{ix}.”.

Na segunda-feira 07/10/2019 (segunda-feira), além da denúncia de abuso sexual estar noticiada em vários jornais de grande circulação no estado, a mãe da primeira criança que supostamente foi abusada havia concedido entrevista ao JORNAL A. Além disso, o jornal havia localizado o auxiliar de professor, para fazer uma entrevista a respeito das acusações que foram feitas. A amplitude pública que o caso de abuso ganhou ao ser noticiado pela imprensa do estado contrariou as recomendações da delegada responsável pelo caso, que “lembra que inquéritos policiais que envolvem menores de 18 anos devem ser mantidos em sigilo” (JORNAL B, matéria 3). Em sua entrevista, o auxiliar de professor disse que:

Queria ter o meu momento de defesa e dizer que eu não tenho nada a ver com essa história. O que estão falando de mim são julgamentos precipitados, ninguém me ouviu ainda. Ninguém me escutou. Da minha parte, ninguém sabe o que eu estou passando ou como está minha cabeça nesse exato momento, como está minha família, como estão meus amigos. Antes das pessoas julgarem, elas precisam saber de fato o que aconteceu, como aconteceu e se de fato isso aconteceu. Eu não tive absolutamente nada a ver com essa história. O colégio X está coberto de circuito de segurança por todas as quadras (JORNAL A, matéria 2).

Ao ser procurado pela própria imprensa, o auxiliar de professor e seu advogado optaram por divulgar nas publicações dos meios de comunicação tanto a imagem dele como o seu nome verdadeiro, demonstrando sinais de uma estratégia para defender publicamente sua integridade, visto que nas primeiras publicações da imprensa e nas redes sociais havia um número significativo de acusações e ameaças de morte ao acusado^x.

No dia 08/10/2019 (terça-feira) havia sido registrado junto a Polícia Civil outras duas denúncias de abuso sexual de famílias do colégio contra o auxiliar de professor, totalizando quatro denúncias até a data. Neste mesmo dia, iniciaram-se os trabalhos da Polícia Civil para ouvir as famílias das crianças, as crianças, e também, os profissionais do colégio como testemunhas do caso. Os responsáveis pela condução da investigação disseram à imprensa que o auxiliar de professor seria o último a ser ouvido.

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

Ainda no dia 08/10 o auxiliar de professor foi convidado a dar uma entrevista ao vivo para um programa de grande audiência de uma grande emissora de TV, e para se defender das acusações, o auxiliar afirmou: “Estou há quatro anos e meio no colégio, nunca houve uma reclamação a meu respeito. Sempre fui muito cuidadoso, muito cauteloso com os meninos. Então, cara, a gente tenta investigar como esta pessoa chegou a esta conclusão a ponto de me acusar” (JORNAL B, matéria 4). Aconteceram também entrevistas do auxiliar de professor acusado para outras emissoras de TV e rádio.

No dia 10/10/2019 (quinta-feira) iniciou-se um movimento por parte de famílias e estudantes da escola em defesa do auxiliar de professor. Mais de 50 pessoas visitaram o escritório dos advogados dele para solidarizar-se e fazer doações de cesta básica ao rapaz. Nesta visita, os advogados de defesa coletaram vários depoimentos como o de uma mãe de um estudante. Seu filho tem 5 anos e estudava na instituição há três anos. Por já conhecer o auxiliar de professor, ela afirmou que: “Sempre tive conversa boa com ele. Tem que dar força para ele agora. Estão acusando um inocente. É uma injustiça que estão fazendo com ele” (JORNAL B, matéria 5).

No dia 11/10/2019 (sexta-feira) várias famílias e estudantes fizeram um ato em apoio à escola e ao acusado na porta da instituição, soltaram balões e usaram cartazes com frases de solidariedade. O auxiliar de professor compareceu ao local e ganhou muitos abraços de crianças e famílias. Durante a intervenção, outra mãe concedeu entrevista ao “JORNAL E” e afirmou que decidiu participar da manifestação para não permitir que acontecesse uma injustiça, saindo assim em defesa do auxiliar.

A mãe contou que o monitor, que hoje está sendo investigado, teve contato com o filho dela por três anos e o menino nunca relatou queixas. “Pelo contrário, meu filho gosta muito dele. Tenho certeza absoluta de que nenhum crime aconteceu aqui” (JORNAL E, matéria 1).

No dia 14/10/2019 o auxiliar de professor prestou seu depoimento à Polícia Civil na unidade responsável pela investigação, conforme noticiou o jornal “JORNAL E”, a investigação entrou na fase final. Até aquela data nenhuma informação dos 41 depoimentos colhidos no caso foi divulgada para o cumprimento da proteção dos menores de idade envolvidos, conforme assinalado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (JORNAL E, matéria 2).

Diante da repercussão que o caso ganhou na imprensa do estado, sua resolução se deu em aproximadamente três semanas. Foram colhidos 41 depoimentos e 7 boletins de

ocorrência com acusação de abuso sexual contra o auxiliar de professor. No dia 17/10/2019 (quinta-feira) a Polícia Civil concluiu o inquérito e apontou que não houve indícios de que tenha ocorrido abuso sexual com as crianças, seja pelo auxiliar de professor ou por qualquer outra pessoa. Os investigadores também afirmaram que a conversa das famílias com as crianças foram inapropriadas para constatação de casos de abuso, conforme a nota divulgada pelo “JORNAL C”.

A Polícia Civil concluiu que o auxiliar X, de 22 anos, que foi investigado por suspeita de estupro de vulnerável nas dependências do colégio X – [...], não será indiciado por nenhum crime relacionado às denúncias, feitas inicialmente pela mãe de uma criança, e que chegaram a totalizar sete boletins de ocorrência. Os investigadores entenderam que não há provas que sustentem o indiciamento e que não houve abuso sexual praticado nem por X e nem por outras pessoas da escola ou de fora dela.

Entre as conclusões do inquérito com mais de 300 páginas, as delegadas X responsável pelo caso, Y, chefe da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e do Adolescente (Depca) e Z, chefe da Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (Dopcad), destacaram que o trabalho que teve participação direta de três psicólogas e uma psiquiatra identificou cinco elementos que induziram o entendimento dos pais e culminaram com as denúncias.

O primeiro deles foi a técnica de conversa entre pais e filhos que não foi considerada adequada para se obter informações relacionadas a possíveis abusos. O segundo foi o recebimento de informações de forma indireta, o terceiro a divulgação em redes sociais, e ainda a divulgação na mídia. Outro fator apontado foi a conversa entre pares, que no caso é a conversa entre as próprias crianças, que também levou ao registro das ocorrências (JORNAL C, matéria 1, revisões nossas).

No dia 13/11/2019 o Ministério Público do Estado arquivou o processo contra o auxiliar de professor, dando fim ao caso e encerrando a investigação (JORNAL C, matéria 2).

Análise e discussão

Nos dois casos apresentados nos tópicos anteriores, constata-se que antes mesmo de os acusados, Lucas (do filme) e o auxiliar de professor, serem ouvidos e apresentarem suas defesas, eles foram demitidos dos postos de trabalho sem quaisquer provas dos supostos crimes. As denúncias partiram de acusadores que relataram aos investigadores falas das crianças que não especificam onde, como e por que teriam sido abusadas sexualmente. Foi apurado que nas duas situações houve uma indução dos adultos na

A sociedade de dominação masculina e os professores homens na educação infantil

construção das falas das crianças, para fazê-las confirmar hipóteses adultocentradas sobre possíveis violações de direitos.

Tanto no filme “A caça” como no caso ocorrido na escola privada de um estado da região sudeste, percebe-se que quando a comunidade escolar se apropria da cultura de dominação masculina, há a deslegitimação da atuação do professor homem na educação infantil, negando o fato de que eles possam estabelecer relações de afetividade com as crianças por meio do diálogo, de abraços e brincadeiras, por exemplo. As relações afetuosas entre homens e crianças são, do ponto de vista humano e social, necessárias para transformar o mundo de seu estágio de indiferença rumo à promoção de relações de solidariedade e liberdade de convivência entre os diferentes sujeitos dos diferentes gêneros que existem nas sociedades.

A estrutura de dominação masculina (BOURDIEU, 2002) está evidenciada nos dois casos apresentados de acusações injustas de abuso sexual proferidas contra professores homens na educação infantil, provocando o efeito do que Ramos e Xavier (2012) denomina como percepção entre as pessoas da comunidade escolar de que são abusadores por serem homens “fora do lugar”.

A estrutura social de dominação masculina atua de maneira silenciosa, sendo fruto de força simbólica que predetermina os comportamentos de gênero, como por exemplo, o entendimento de que cuidar e educar as crianças é “coisa de mulher”. Os estudos de Ramos e Xavier (2012) mostram, ainda, que há uma frágil associação pela comunidade escolar entre cuidado e impulsos sexuais.

O fato de os professores homens terem contato com os corpos infantis, oferecer aconchego no colo, interagir com as crianças por meio de brincadeiras e aproximar fisicamente delas são atos vistos pela sociedade como risco à integridade física e emocional das crianças e, deste modo, “[...] os professores e demais homens – inclusive os próprios pais – poderiam se desincumbir dos cuidados corporais das crianças, evitando tocá-las, desnudá-las, cheirá-las” (RAMOS E XAVIER, 2012, p. 107).

Além de precisar “provar” a todo instante no ambiente de trabalho suas competências e habilidades profissionais (RAMOS; XAVIER, 2012), Lucas e o auxiliar de professor acabaram por ter de provar para além do espaço escolar, ou seja, para a sociedade como um todo, que são pessoas que não representam perigo para as crianças e demais pessoas de modo geral.

No caso de Lucas (do filme), algo que chama atenção é que diante da grande repercussão das acusações que sofreu, sua própria namorada passou a desconfiar de seu comportamento, culminando no término do relacionamento. E ainda, ao ir ao supermercado, Lucas passou a não ser tratado como um cliente comum, sendo agredido por várias pessoas e proibido de ir e vir nos locais livremente.

No caso do auxiliar de professor, os boatos de abuso sexual se espalharam rapidamente pelas redes sociais e invadiram sua vida privada. O auxiliar de professor e seu advogado optaram por adotar estratégias de defesa via grande mídia do estado, o que, em partes, ajudou na defesa pública de sua imagem e na conquista de apoio de parte da comunidade escolar. Porém, não se pode garantir que após ser inocentado, algo que aconteceu no dia 17 de outubro de 2019, garantirá que o auxiliar de professor consiga viver da mesma maneira como antes do acontecido.

O caso vivido pelo auxiliar de professor é semelhante ao “Caso Colégio Base” ocorrido em uma instituição localizada em São Paulo, onde, em 1994, quatro profissionais de uma instituição de educação infantil foram acusados injustamente de abuso sexual de crianças de uma turma de creche. É importante salientar que, atualmente, estes profissionais ainda estão sob a acusação injusta de abuso sexual com crianças, não foram devidamente indenizados, possuem vidas instáveis financeiramente e convivem com a perseguição de pessoas do bairro e da cidade em que moram^{xi}.

No filme “A caça” a condição de perseguição é bem colocada, principalmente, na cena em que Lucas recebe o tiro de um dos moradores da comunidade, demarcando “a sombra” que irá persegui-lo pelo resto da vida, já que sua inocência foi ignorada. Nota-se, então, que a estrutura de dominação masculina pode provocar uma caça permanente aos professores homens na educação infantil, colocando-os em condição de vulnerabilidade frente ao desrespeito de seus direitos sociais e humanos.

A gestão escolar e a polícia não podem deixar, deste modo, sobrepor o direito que as famílias têm de saber o que se passa na vida escolar das crianças, ao direito que o professor tem enquanto ser humano de direito de resposta, de inviolabilidade de sua intimidade e preservação de sua vida privada e imagem (BRASIL, 1988).

Para contrapor uma estrutura de dominação masculina que violenta e considera como transgressores de gênero homens afetuosos e respeitosos para com as crianças, é

preciso que os espaços públicos e privados e as instituições de educação infantil passem a compreender que todo “[...] ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos [...]” na Declaração Universal dos Direitos Humanos serão respeitados (DUDH, 2009, p.15).

Considerações finais

Buscando refletir sobre os problemas que a estrutura de dominação masculina causa aos homens que atuam como professores na educação infantil, este texto iniciou-se apontando que o tema em discussão é atual na pauta política brasileira e no mundo ocidental. Foram escolhidos dois casos, um ficcional e outro real, que evidenciam as condições de vulnerabilidade e marginalização que ocupam professores homens quando atuam em instituições de educação infantil imersas em comunidades escolares pautadas nos valores do sistema de dominação masculina (BOURDIEU, 2002).

Esses sujeitos, professores homens da educação infantil, são considerados “fora do lugar” (RAMOS, 2011; RAMOS; XAVIER, 2012), pois, no Brasil, representam 1,9% dos profissionais e, em contrapartida, 98,1% desses postos de trabalho são ocupados por mulheres. Considera-se, ainda, o fato de estarem fora dos parâmetros hegemônicos gera tensões na lógica estrutural de dominação masculina, impulsionando ataques e perseguições injustos a profissionais como nos casos relatados de Lucas, no filme, e do auxiliar de professor, na vida real.

Algo a se destacar, positivamente, é que professores homens que constroem suas masculinidades junto às instituições de educação infantil poderão contribuir para o questionamento do padrão heteronormativo de gênero, em que o ser homem, enquanto símbolo de virilidade e caça, passa a ser ressignificado. Ao mesmo tempo, a busca pela transformação do olhar biologizado para as questões sociais dos gêneros tende a revelar o não familiar, aquilo que é desconfortável e ameaçador.

Em situações problemáticas de denúncias proferidas contra professores quanto a possíveis violações de direitos das crianças, sejam homens ou mulheres, se faz necessário que a gestão escolar das instituições de educação infantil e as instâncias do poder público responsáveis por investigar casos de abusos estejam preparadas para a condução da averiguação das denúncias, bem como que fundamentem-se em critérios éticos que respeitem os princípios humanos.

A conscientização da comunidade escolar, mais especificamente, de instituições de educação infantil onde atuam ou venham atuar professores homens é emergente, o que poderá contribuir para o rompimento de estigmas, como por exemplo, de que os homens não podem brincar, abraçar e cuidar das crianças. Essa conscientização pode ser realizada por meio de fóruns públicos que debatam a construção social dos gêneros e a desconstrução do olhar biologizado das relações de gênero. Nesses fóruns é fundamental valorizar a participação dos pais (homens) na vida escolar dos filhos e nas tarefas domésticas e, também, conversar com as famílias sobre a importância que é ter professores homens na educação infantil para a construção de uma sociedade sem preconceitos e opressões em relação às pessoas dos diferentes gêneros.

A escola é um espaço público onde as relações de gênero se manifestam, seja por meio das crianças ou dos adultos que interagem nesse espaço. Tendo em vista seu papel formativo, as instituições de educação infantil têm responsabilidade no que diz respeito à superação dos preconceitos e à construção de uma ordem social pautada pelo respeito aos direitos humanos e não submissa aos valores de dominação masculina, os quais são prejudiciais a todos e todas que vivem em e na sociedade.

Referências

A CAÇA. Direção: Thomas Vinterberg. Produção: Morten Kaufmann; Sisse Graum Jørgensen; e Thomas Vinterberg. Dinamarca: Zentropa, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160 pp.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 51ª ed. Brasília: Edições Câmara, [1988] 2017, 252 pp.

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acessado em 27 jun. 2020.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça II – Políticas públicas e Gênero**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2010, 266 pp.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte-M.G.** 2011. 139f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2011.

RAMOS, Joaquim; XAVIER, Maria do Carmo. Percepções da comunidade escolar sobre os professores homens na Educação Infantil. **Paideia**. Belo Horizonte, n.12, p.99-115, jan-jun. 2012.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 1174, de 2019**: Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil e traz outras providências. SÃO Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>>. Acessado em 22 jun. 2020.

SOUTO, Luiza. Projeto de Janaina Paschoal proíbe homem de dar banho em criança em escolas. **Universa**. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/29/reservar-as-mulheres-cuidados-intimos-em-creches-e-para-salvar-diz-janaina.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em 22 jun. 2020.

VIEIRA, Livia *et al.* **Pesquisa trabalho docente na Educação Básica no Brasil**: sinopse do survey nacional referente à Educação Infantil. Belo Horizonte: UFMG, GESTRADO, 2013, 80 pp.

Notas

ⁱ Para fins de preservação da identidade do auxiliar de professor e da escola onde ocorreram os fatos não iremos mencionar os nomes verdadeiros.

ⁱⁱ Esse dado foi retirado da pesquisa “Pesquisa trabalho docente na Educação Básica no Brasil: sinopse do survey nacional referente à Educação Infantil” (VIEIRA et al, 2013).

ⁱⁱⁱ Para fins de questões éticas de pesquisa e para preservação da identidade dos envolvidos, iremos nos referir aos jornais onde coletamos os dados como: “JORNAL A”, “JORNAL B”, “JORNAL C”, “JORNAL D” e “JORNAL E”. Os descritores utilizados da busca não foram citados por fins de questões éticas.

^{iv} O auxiliar de professor na época era estudante de graduação e foi contratado com vínculo de estagiário na escola privada. Por isso, atuava como auxiliar do professor na educação infantil.

^v Os veículos de imprensa identificaram a mãe da criança desta forma para fins de preservação da identidade da denunciante.

^{vi} Novamente a mãe instiga à criança a apontar alguém como culpado por sua mudança de comportamento

^{vii} O auxiliar de professor relata ter sido demitido na terça-feira passada (1º) com a alegação, por parte da escola, de que haveria corte de gastos. “Eu ficava me questionando porque eu fui mandado embora e nunca chegava a uma conclusão plausível porque um colégio rico como aquele, com uma estrutura daquela mandar um estagiário com uma bolsa de R\$ 500 por mês embora. Essa informação [de possível estupro] chegou a mim por meio de boatos” (JORNAL D, matéria 1).

^{viii} Há um erro na reportagem sobre a idade do auxiliar de professor. A idade correta é 22 anos.

^{ix} Note que a segunda mãe, através de seu relato no boletim de ocorrência que a reportagem do jornal teve acesso, também induz o filho a responder se o acusado teria pegado no pênis ou em suas nádegas. A mãe tem suas hipóteses de como teria sido os abusos e a criança, na relação adultocêntrica que foi estabelecida com a mãe, apenas confirma respondendo com um “sim” a versão construída por ela.

^x Conforme destacou o JORNAL A “O nome e a foto de X foram acrescentados nesta matéria a pedido do próprio auxiliar de professor” (JORNAL A, matéria 2, revisões nossas).

^{xi} Para informações sobre o “Caso Colégio Base” ver:< <https://recordtv.r7.com/programa-do-gugu/videos/escola-base-como-estao-as-vitimas-de-uma-das-maiores-injusticas-do-brasil-21-anos-depois-13102018>>. Acessado 26 jun. 2020.

Sobre os autores

Otávio Henrique Ferreira da Silva

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, na Unidade Ibirité, no Departamento de Educação e Ciências Humanas, no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Doutorando em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). Mestre em Educação e Docência (FAE/UFMG). Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Licenciado em Matemática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e Bacharel em Administração pela Faculdade Pitágoras de Betim.

E-mail: hotaferreira@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2754-4783>

Cláudia Silva Ribeiro Cruz

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Matemática pela Fundação de Educação para o trabalho de Minas Gerais, graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras e graduação em Administração pela Faculdade Pedro Leopoldo. É Diretora da UMEI Mariquinhas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

E-mail: claudiacruzmat@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3936-8211>

Clécia Lino da Silva

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* Cuiabá. Integra o Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN-UFMT). Desenvolve pesquisa em Iniciação Científica (CNPQ) na área da Educação e Psicologia da Educação.

E-mail: clecia_lino@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7268-9711>

Recebido em: 23/06/2021

Aceito para publicação em: 18/07/2021